

CAENI/IDIRI
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
INSTITUTO DE DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
DO DEPARTAMENTO DE DIREITO INTERNACIONAL DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

FLORENCIA FERRER

PRIMERO CONGRESO DE RELACIONES INTERNACIONALES
UNIVERSIDAD DE LA PLATA
BUENOS AIRES, ARGENTINA

**O GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL COMO FERRAMENTA DE
DESENVOLVIMENTO**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ECONOMIA DIGITAL E INTERAÇÕES ELETRÔNICAS	3
AS TRANSFORMAÇÕES NO ÂMBITO GOVERNAMENTAL.....	7
GOVERNO E INTERNET	11
SITUAÇÃO INFRA-ESTRUTURAL DAS INTERAÇÕES ELETRÔNICAS NO BRASIL	12
DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DA INTERNET.....	13
GOVERNO ELETRÔNICO	17
O GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL	20
CONCLUSÕES.....	25
BIBLIOGRAFIA.....	26

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século vinte a evolução das tecnologias da Informação, as profundas mudanças nas organizações e a massificação da Internet marcaram uma nova fase do processo de globalização da economia. Os processos organizacionais e econômicos por um lado, e os políticos por outro, apresentam uma maior interdependência e conectividade.

Nesse novo cenário muito se discute sobre uma que aparece como a grande inovação da última década: a Internet e como uma de suas conseqüências, a criação de uma Economia Digital. Neste contexto, segundo Manuel Castells, a Internet não surge somente como uma nova tecnologia da informação, mas também como uma nova forma de organização da economia e da sociedade como um todo, num processo de construção e reconstrução incessantes.

Tanto no âmbito acadêmico como nos fóruns internacionais vem se discutindo a enorme importância que as ações em relação a Economia Digital teriam para os países em desenvolvimento, e fundamentalmente o papel das Políticas Governamentais como alavancadoras deste desenvolvimento. **Entrar neste debate e aprofundar esta discussão é a proposta deste trabalho.**

ECONOMIA DIGITAL E INTERAÇÕES ELETRÔNICAS

Consideramos Interação Eletrônica as interações comerciais, financeiras e de prestação de serviços realizados por meio do processamento e transmissão de informação, incluindo texto, som e imagem de forma eletrônica.

Estas interações poderiam ser classificadas em:

Interações Comerciais Eletrônicas de Produtos ou Serviços

- Entre empresas
- Dentro das empresas (Portais Corporativos)

- Entre empresas e consumidores¹
- Entre consumidores
- Entre empresas e ONG
- Entre consumidores e ONG

Serviços Públicos Eletrônicos

- Governo a governo (gestão)
- Entre Governo e cidadãos²
- Entre Governo empresas
- Entre Governo e ONG

Para se ter uma noção da magnitude do processo que queremos analisar a evolução na quantidade de usuários de Internet no mundo se deu da seguinte forma:

ANO	MILHÕES DE USUÁRIOS
1999	160
2000	220
2001	300
2002	370

No Brasil esse número também bem aumentando notavelmente³.

¹ Incluímos todas as relações entre empresas e consumidores. Muitos autores diferenciam Business-to-consumer e Consumer-to-business, para distinguir o tipo de relação na qual o consumidor faz leilão reverso. Mas isto não é mais que uma determinada estratégia de Marketing. Nas relações comerciais tradicionais não faríamos esta diferença - se a empresa busca o consumidor ou se ele busca a empresa; não faz sentido fazê-la na compra por Internet.

² Porque distinguir as pessoas físicas como consumidoras em um âmbito e como cidadãs em outro? Porque de fato elas personificam diferentes conjuntos de relações sociais em cada âmbito, representando também necessidades diferentes.

³ O crescimento da Internet no Brasil também pode ser medida pelo aumento da publicidade em outdoors, jornais, revistas e televisão de empresas relacionadas à rede. Ela aumentou três vezes seu volume entre 1998 e 1999, e deve fechar o ano de 2000 com um número quase dez vezes maior

ANO	MILHÕES DE USUÁRIOS
1999	2,3
2000	3,1
2001	4,1
2002	5,1
2003	Entre 6 e 9

E enquanto a distribuição deles no mundo? Claramente nos EUA é onde o processo é mais relevante. 75% do comércio eletrônico acontece hoje neste país. Também estão lá 90% dos websites comerciais. Com isto podemos ver que a distribuição dos usuários no mundo é muito desigual⁴.

CONTINENTE	MILHÕES DE USUÁRIOS DE INTERNET em 2001	MILHÕES DE HABITANTES em 1998
África	4,15	672
Ásia/Pacífico	143,99	3122
Europa	154.63	475
Oriente Médio	4,65	286
Canadá e EUA	180.68	300
América Latina	25.33	502
Total Mundo	513,41	5.897

Para ter uma base de comparação, queremos citar um trabalho amplamente difundido que comparou o tempo que foi necessário para que algumas tecnologias atingissem o patamar de 10 milhões de usuários; o telefone, por exemplo, levou algumas décadas; o celular uma década; o microcomputador menos de uma década e a Internet três anos.

que o de 1998: O investimento foi de 71 milhões em 1998 (valor atualizado para 04/2000) , 212,5 milhões em 1999 e se estimam 680 milhões para 2000. (Valores em reais) Veja, 19/04/2000.

4 O último relatório da ONU confirma o abismo tecnológico e de informação que separa os países centrais dos periféricos. O Estudo feito por especialistas de 17 países, afirma que 276 milhões de pessoas, ou pouco menos de 5% da população mundial – de cerca de 6 bilhões– usam a Internet. Quase a metade dos Internautas está nos Estados Unidos. Na Finlândia há mais servidores que em toda América Latina. E em Nova Iorque o número é superior ao da África. Alemanha, Reino Unido, Itália, França, Holanda, Japão, Canadá e EUA concentram 246 milhões de usuários – mais de 89% dos internautas do mundo. (Folha de São Paulo, 23/06/2000)

Como se dão estas interações? A grande maioria são interações entre empresas. Nos países da OCDE este tipo de intercâmbio representa 80% do total de comércio eletrônico.⁵ No Brasil o comércio eletrônico totalizou U\$S 3,3 bilhões em 2000 e crescerá para U\$S 76 bilhões em 2004, segundo projeções do Mercado Eletrônico (www.mercadeletronico.com.br)

O movimento nos EUA, em 2000 é estimado pela Forrester Research Grup em U\$S 255 bilhões somente para o intercâmbio entre empresas. As estimativas para 2004 são de U\$S 454 bilhões para transações entre empresa e consumidor e U\$S 6,33 trilhões para o intercâmbio entre empresas.

No mundo a Forrester estima que o comercio eletrônico para o ano de 2003 esteja entre U\$S 1,4 trilhão a U\$S 3,2 trilhão.

Qual a magnitude das Interações comerciais eletrônicas entre empresas e consumidores na América Latina? A empresa de Consultoria Boston Consulting Group estima em U\$S 215 milhões os negócios na América Latina, em 2000. Com uma participação acima de 80% deste comércio, o Brasil deve ter gerado U\$S 170 milhões de vendas on-line ao consumidor em 2000, projetando um volume de U\$S 2,64 em 2003. A Edge Group calcula que as empresas que se dedicam ao comércio eletrônico faturaram U\$S 200 milhões no Brasil em 1999 e, dentro de três anos, estima-se que o movimento anual será da ordem de U\$S 4 bilhões. A International Data Corporation (www.idc.com) estima que o comércio eletrônico movimentou U\$S 449 milhões no Brasil, em 2000.

Com isto quero assinalar a enorme importância que o conjunto de interações eletrônicas representam para a sociedade contemporânea. A difusão da Internet e da Economia Digital é já uma realidade que permeia as estratégias corporativas e o mercado mundial. Por isto não se trata já de avaliar se é conveniente ou não se engajar nela. É preciso se engajar nela.

⁵ O volume deste negócio é ainda maior se considerássemos as transações inter-company, que não entram neste cálculo. Internal Revenue Service, em Receita Federal, 2002: 5.

Considero central pensar estratégias que permitam uma melhor inserção e aproveitamento das vantagens que o comércio eletrônico pode trazer para os países em desenvolvimento, tanto no plano interno como externo.

Como venho assinalando, a maior parte das interações acontece entre empresas. Mas um outro âmbito, as interações públicas eletrônicas nos chamam muito a atenção. Elas não têm o impacto econômico que as interações entre empresas têm, mas podem produzir mudanças qualitativas mais profundas no corpo da sociedade. Por esta razão, centramos nossa análise neste ponto específico.

AS TRANSFORMAÇÕES NO ÂMBITO GOVERNAMENTAL

No capitalismo contemporâneo se entrelaçam uma série de processos de transformação da sociedade que atingem a esfera econômica, social e política. Com isto novas arquiteturas institucionais devem corresponder às novas exigências e as novas bases tecnológicas.

Há uma tendência a explicar todos os processos que estamos vivendo como efeitos da globalização da economia. Uma das conseqüências seria a perda crescente da importância dos Estados Nacionais na autonomia de gestão dos governos nos seus próprios territórios, em detrimento de outros atores: as grandes corporações.

Na reestruturação em curso é indiscutível o papel jogado pelas empresas transacionais. São sem dúvida os atores protagonistas do capitalismo contemporâneo, e conseguem marcar o ritmo para o resto dos setores. Isso outorga certas condições de autonomia na determinação de suas próprias ações.

No entanto há uma discussão importante neste assunto. Bresser Pereira nos alerta sobre a existência de uma armadilha que é a de confundir a globalização com o que ele denomina "globalismo" que seria a ideologia que afirma que os Estados Nacionais perdem autonomia, e o Estado, relevância, na nova economia global. Esta visão consideraria que não haveria mais espaço para a ação coletiva ou para a implementação de políticas públicas ativas, uma vez

que os Estados Nacionais teriam perdido definitivamente sua capacidade de ação. (Bresser Pereira, 2000a:1)

Bresser não concorda com esta ideologia e considera que o papel das instituições e do Estado é sumamente estratégico na atual conjuntura. Daí a enorme importância de se promover a Reforma do Estado. Bresser considera que o Estado é a única forma que os países em desenvolvimento dispõem para fazer frente à globalização. Por isto reformar não quer dizer reduzir, desregular, deixar o Estado definhando. Pode implicar na redução do número de funcionários públicos, mas freqüentemente significa aumentar as fontes de receita e os gastos sociais do Estado. Pode implicar em desregulação, mas somente com o objetivo de regular melhor.

Mas qual é a correlação de forças na qual este Estado deve agir?

Há hoje certas condições que outorgam vantagens estruturais ao capital, em detrimento de outros setores.

A globalização em termos reais deve ser vista como uma tendência à reestruturação da produção, em que as corporações mundiais ocupam espaços globais em busca de escala global, mas, ao mesmo tempo, usufruindo das vantagens de mercados nacionais/regionais; somados à emergência e consolidação de mercados financeiros mundiais. São esses os elementos que configuram a atual resposta do capitalismo à crise do modelo de acumulação fordista/keynesiano que eclodiu durante a década de 1970.

Nesse mesmo processo de reestruturação capitalista que estamos vivendo, a profunda reforma a que o Estado está sendo submetido é fruto de uma longa série de confrontações (Ferrer, F. 1995, 1998).

No atual momento do capitalismo, depois de uma profunda crise de rentabilidade nos anos setenta, a exigência de retomada e incremento da lucratividade faz com que dois processos sejam centrais na reestruturação produtiva: a flexibilidade de resposta frente a mercados flutuantes e a integração dos processos de negócios numa mesma estratégia empresarial.

Depois de um longo ciclo de acumulação de capital, iniciado no pós-guerra, quando se consolidou o fordismo como forma de regulação do capitalismo, nos anos sessenta, o modelo começou a apresentar sinais de esgotamento. A crise

dos anos 70 veio revelar o fim deste longo ciclo de estabilidade no modelo de acumulação do capital.

Neste período a articulação de fordismo, consumo de massa e Keynesianismo, expressando uma determinada correlação de força entre as classes sociais, havia permitido à classe operária conquistar algumas de suas reivindicações históricas no período do pós-guerra. (Ferrer, Florencia, 1995) O modelo de acumulação capitalista deste período, com base na organização taylorista do trabalho, demandava mão-de-obra intensiva que, somada a uma grande capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, permitia condições favoráveis de negociação para os sindicatos. (Ferrer, Florencia, 1998)

Como consequência das novas estruturas de acumulação expandidas multinacionalmente, ocorreu um crescimento maciço do poder social do operariado, em especial o europeu. Isso ficou claramente evidenciado no final dos anos sessenta e começo dos setenta por uma onda de mobilização social que atingiu quase todos os países, quando as bases para a atual lógica global começaram a se assentar (Ferrer F., 1995).

Nesse cenário, as empresas começaram a enfrentar uma crise de rentabilidade, que entre outras coisas se devia ao peso que implicavam os salários, variável que, pelo compromisso fordista não poderia ser alterada.

Para restabelecer sua rentabilidade, as empresas multinacionais desagregaram seu sistema produtivo em diferentes regiões e estabeleceram vínculos de subcontratação com países do terceiro mundo, que dez anos depois se transformariam nos novos países industrializados. Nesse período também se acelerou a expansão dos processos produtivos em direção a localidades mais periféricas. (Arrighi, 1997).

A industrialização da periferia foi parte de uma revolução social ampla que mudou radicalmente as condições de acumulação em escala mundial. Esta industrialização acarretou tensões e contradições a partir do aumento do poder social e de barganha dos trabalhadores. Como parte deste processo, o comércio mundial, com uma forte base de intercâmbio inter-firmas, cresceu muito mais rapidamente que os mercados internos de cada país. Com isto, a

possibilidade de regular o crescimento escapou cada vez mais aos governos nacionais.

Como vemos o conjunto do sistema e suas bases de equilíbrio foram colocadas em cheque. O questionamento do equilíbrio fordista levou à reformulação das suas bases: a empresa integrada verticalmente, o trabalho organizado coletivamente e o Estado keynesiano; assim como da correlação de força entre as classes sociais que o sustentava.

Nos anos noventa o cenário é outro. As corporações recuperaram e melhoraram sua rentabilidade⁶, concentrando e aumentando seu poder. A capacidade dos trabalhadores e suas organizações de impor suas condições está terrivelmente comprometida. Os estados nacionais se debilitam na negociação com as corporações, mas como assinalamos tem um papel central na elaboração de estratégias de inserção internacional.

Retomando a posição do Bresser temos vários exemplos internacionais que demonstram a enorme relevância na correta elaboração de estratégias de inserção internacional. Uma delas é o caso é o de Singapura. Coe e Yeung (1999) demonstram que Singapura é um exemplo de como uma localidade particular emerge e se consolida como um *hub* dentro do emergente mundo do comércio eletrônico . Eles usam o conceito de "nodes in global flows" (nódulos em fluxos globais). Os autores atribuem três características para a emergência destes WVEC: as dimensões sociais e simbólicas dos fluxos eletrônicos, os papéis chaves da logística e da distribuição e a necessidade de marcos de políticas institucionais. Eles demonstram que Singapura conseguiu se transformar num *hub* de redes globais pelo esforço do governo em transformar a cidade Estado no primeiro nó de comércio eletrônico da região. (<http://www.ncis.ncb.gov.sg/>)

⁶ As corporações reverterem o quadro de crise de rentabilidade, obtendo taxas de retorno sobre o investimento da ordem de 26% (no caso das 10 maiores corporações americanas), o que é aparentemente inédito na história do capitalismo.

Nos anos sessenta Singapura era uma ilha de desemprego, tendo se transformado, na década de 70, em uma unidade offshore de produção manufatureira, sustentada com base em mão de obra importada. No fim dos setenta e começo dos oitenta, Singapura não conseguia concorrer em setores que exigiam a utilização de mão de obra intensiva e barata, uma vez que concorria com vários vizinhos que dispunham deste fator em abundância. Nesse período, o Estado iniciou uma Reestruturação chamada de Segunda Revolução Industrial, através da qual a renda foi se incrementando, as atividades trabalho-intensivas foram sendo deslocadas, ganhos de produtividade foram obtidos, e desenvolvidas as habilidades necessárias para a cooptação de investimentos industriais de primeira categoria e classe internacional. Esta segunda revolução industrial resultou numa mudança na estratégia de industrialização de Singapura, a qual, de uma unidade *offshore* de produção, transformou-se em um centro de aglomeração espacial de investimentos de alta tecnologia e de elevado valor agregado.

Desde meados dos anos oitenta Singapura tornou-se um local em que são concentradas funções de controle e coordenação das corporações, transformando-se num *international business hub*, para países tanto dentro como fora da Ásia. Desta forma, o Estado cumpriu um papel central na criação de condições de competitividade para este país.⁷

GOVERNO E INTERNET

O governo enfrenta duas grandes frentes para encarar os desafios que a Economia Digital abre:

- A realização de conjunto de tarefas que correspondem a criação de uma base infra-estrutural de inserção na Economia Digital para todos os atores sociais

⁷ Em contraposição, outros Estados parecem desconhecer o processo macroeconômico no qual seus países estão inseridos. É o caso, por exemplo, do Estado argentino – tanto na gestão de Menem como na gestão De La Rúa – que, em vez de tentar atrair certos "pedaços" de cadeias produtivas globais, que proporcionem alto valor agregado, segue insistindo na política de exportação de commodities, aprofundando a crise na qual o país está imerso.

- A realização de transformações da estrutura burocrática para usufruir todas as vantagens que a Economia Digital poderia trazer à própria máquina do Estado.

SITUAÇÃO INFRA-ESTRUTURAL DAS INTERAÇÕES ELETRÔNICAS NO BRASIL

Uma das principais bases para o desenvolvimento da Economia Digital é sem dúvida a infra-estrutura de telecomunicações. Podemos classificar⁸ o acesso às telecomunicações em quatro estágios de desenvolvimento, sendo que a principal medida é a densidade de linhas telefônicas cada 100 habitantes⁹.

No **primeiro estágio** o acesso às telecomunicações é realmente pobre e a teledensidade é de menos de 2%. Geralmente a comunicação a cabo não está disponível, a qualidade das conexões e a velocidade da rede não são conducentes para o comércio eletrônico sendo que o serviço de e-mails é o único viável.

No **segundo estágio** uma pequena minoria dentro da comunidade tem acesso as redes de telecomunicações. A teledensidade é entre 2 a 8 %, e há uma incipiente penetração de telefonia móvel e de cabo. A qualidade dos serviços é inadequada para o comércio eletrônico, já que podem cair as conexões freqüentemente. Vários países em desenvolvimento estão nesse estágio: Índia, Filipinas e Indonésia, por exemplo. Dentro desses países tem espaços que se encontram nos estágios 3 e 4, como algumas áreas residenciais ou de negócios.

No **terceiro estágio** a teledensidade é entre 8 a 40 % nos telefones fixos e entre 3 a 14 % na telefonia móvel. Entre 5 a 14 % das residências tem serviços de cabo. A qualidade dos serviços é ainda pobre, conexões podem cair ainda com freqüência. Nos grandes centros urbanos os usuários têm acesso via modem a velocidades de 28.8 Kbps e há conexões alternativas via radio, cabo, banda larga. Aqui também estão países como China e Malásia e a grande maioria dos países latino-americanos, inclusive o Brasil.

⁸ Baseado-nos num estudo da Universidade de Harvard,

⁹ Em inglês se conhece como *teledensity*.

Países em desenvolvimento com amplo acesso às telecomunicações e aos serviços de rede com teledensidade de 40% ou mais estão no **quarto estágio**.

Na grande maioria dos países em desenvolvimento, os mecanismos de mercado por si só não são suficientes para garantir o avanço do acesso individual à rede, já que uma enorme parte da população não tem renda suficiente para ter assinatura telefônica. Para a população de baixa renda ou de áreas rurais são necessários programas de universalização.

No Brasil, por exemplo, há programas governamentais orientados à universalização do acesso, questão que conduziu à regulamentação da ANATEL.¹⁰ No país a teledensidade é de 28 para cada 100 habitantes¹¹. Para melhorar este indicador, uma das exigências do Estado para as operadoras de telecomunicações é que elas devem contribuir 1% do seu faturamento para um fundo de universalização, que visa fornecer serviço aos que estão excluídos do mercado.

Cabe salientar que o acesso à Internet não depende só da infra-estrutura de telecomunicações. China e Tailândia, por exemplo, têm a mesma teledensidade - 9-11% ; mas China tem 1,7 % de usuários de Internet e Tailândia 3,8%. Malásia, por outro lado, é bem mais desenvolvida, com 20% e a percentagem de usuários de Internet é parecida à dos países desenvolvidos (16%). Iran, que tem uma teledensidade próxima à Malásia, de 15 % tem menos de 1% de usuários de Internet em 2000. Razões políticas, culturais, demográficas afetam e determinam estes números.

DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DA INTERNET

Dois processos se entrelaçam e se autodeterminam para explicar a diferença de performance entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos. O tamanho do mercado e o custo do acesso e a estrutura de preços.

¹⁰ O último relatório da ANATEL tem como título "Incluindo os excluídos", sendo este claramente o foco de trabalho da Agência.

¹¹ Em 1994, antes das privatizações a teledensidade era de 8,6 telefones para cada 100 habitantes.

Isto se aplica tanto ao preço dos serviços telefônicos básicos como aos custos de acesso a Internet.

A liberalização da conexão pública teve um papel importante. Em vários países da OCDE a liberalização não só permitiu a entrada de novos players como também desenvolveu novas formas de comprar e vender capacidade, o que garante ao usuário ter escolhas de fornecimento.

Nos países em desenvolvimento as oportunidades de plena concorrência e grandes reduções de preços são mais reduzidas.

Países como Argentina e México, depois da privatização das telecomunicações, continuaram mantendo, por um período, um regime de monopólio no fornecimento. Esta foi uma forma de tornar mais atrativo o negócio da privatização, garantindo um lucro razoável às empresas que comprassem as empresas a serem privatizadas.

No Chile e no Brasil o modelo é outro. A concessão não garante exclusividade.

Brasil apresenta características simultâneas de país desenvolvido e em desenvolvimento na área de telecomunicações.

Em 1998, quando as empresas privadas de telefonia entraram no mercado, encontraram 22 milhões de telefones em operação no país. A instalação demorava 5 anos e uma linha chegava a custar 8000 reais. No final de 2001 havia 47,8 milhões de linhas fixas instaladas, o preço caiu para R\$ 77 e a demora na instalação acabou. Mas há uma distribuição desigual no país. 31 % dessas linhas se localizam no Estado de São Paulo, 46 % na região que inclui Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, todos os estados do nordeste e todos os do Norte menos Amapá. 23% estão na região que inclui o sul e centro do país. Os serviços se dividem em aproximadamente 90% para as concessionárias e 10% para as empresas espelhos¹².

¹² As empresas espelho são as autorizadas pelo governo para fornecer o mesmo serviço que prestam as concessionárias visando à geração de concorrência.

Um processo é notável: **o aumento das linhas foi claramente nos setores mais pobres da população.** Na classe D passou de ter 6 % dos lares com telefone em 1997 a ter 61% no ano de 2001. Na classe C passou-se de 34% em 1997 a 82% no ano de 2001. Na classe B de 71% em 1997 a 91 % em 2001 e na Classe A de 85% em 1997 a 99% no ano de 2001.

Enquanto a telefonia móvel, em 1994 havia no Brasil 800 mil telefones móveis, em 2001 eram 28,7 milhões. Em 1994 a teledensidade era de 0,5 telefone móvel para cada grupo de 100 brasileiros. Em 2001 havia 17 cada 100.

Desde 1998 até 2002 as empresas do setor fizeram investimentos da ordem de 60 bilhões e recolheram 80 bilhões de reais em impostos. Em 2001, o setor de telecomunicações, no mundo todo, sofreu um impacto muito grande pelas questões envolvendo as empresas *pontocom*¹³, especialmente nas bolsas internacionais, onde perderam muito valor. Ainda assim, os investimentos no setor de telecomunicações no Brasil continuaram crescentes. A expectativa é que em 2001 tenham alcançado 21,4 bilhões de reais.

A balança comercial, em 2001, ainda foi deficitária. Mas a tendência é muito favorável. Em 1996 de cada 4 dólares exportados eram importados 100. Em 2000 a relação era de 76 dólares exportados para cada 100 importados.

Ou seja, com os dados apresentados queremos sinalizar que o setor de telecomunicações tem uma importância crescente para a economia nacional e que vem claramente melhorando seu desempenho e universalização.

Mas a outra cara desta moeda é que 50% das contas telefônicas no Brasil estão inadimplentes.

O problema é o preço? Não é este o ponto central. Se compararmos as tarifas entre Brasil e EUA vemos que as companhias estão operando numa margem mínima para garantir rentabilidade.

¹³ Chamam-se empresas *pontocom* as relacionadas à nova economia, ou seja, aos serviços e produtos vinculados a Internet.

COMPARAÇÃO DE PREÇOS ENTRE EUA E BRASIL

Serviços	EUA	BRASIL	Diferença de preço
Preço de subscrição linha fixa*	16,00	10,20	-36,3%
Telefonia móvel (1 minuto) **	0,35	0,23	-34,0%
Pentium 3/800 Mhz/64Mb	924	1080	+17,0%
1 Mbps Connection to IP network (minimum price)***	700	7.200	+900
Preço Máximo	1.200	7.200	+500%

NOTAS:

*A assinatura nos EUA é realmente barata já que inclui todas as ligações locais, enquanto no Brasil cada pulso extra é carregado por cada minuto adicional ** No-limited tariff in the USA and average Telesp Celular price in Brasil *** UUNet prices in the US and Embratel Prices in Brasil.

FONTES: VALOR, 12-14 JANEIRO IN OCDE 2002.

A estes valores devemos acrescentar que as companhias que operam nos EUA podem contar com uma escala considerável, uma vez que a teledensidade é de 60/100.

Se as tarifas brasileiras estão dentro da média mundial o problema é renda insuficiente para aceder a este serviço.¹⁴ Aqui está a principal determinação que não permite aumentar mais a escala do negócio. Os investimentos foram realizados pensando em um mercado que não existia. Não é a simples existência de população o que determina tamanho de mercado, o fundamental é verificar a renda dessa população. Se esta população não

¹⁴ O elemento de comparação de preços e de tarifas, no setor de telecomunicações, em todo o mundo, é formado por uma cesta de serviços. Os itens que a compõem são a habilitação, a assinatura mensal, os pulsos, uma determinada quantidade de minutos de chamada de longa distância internacional. Para mostrar como estes valores têm evoluído ao longo dos anos, a Anatel tomou por base a cesta de referência de um assinante residencial. A partir daí, é possível analisar a efetiva alteração dos preços nos últimos anos, em reais, considerando os tributos. Em 1990 os valores eram fortemente afetados pelo custo do acesso – a habilitação. Ao longo dos últimos anos, eles têm se mantido estáveis. Quando se comparam os valores considerando essa mesma cesta de serviços, a preços de dezembro de 1994, verifica-se que, naquele ano, o valor seria de 60 reais por mês. Em julho de 1998, quase 41 reais, e em dezembro de 2001 35 reais.

consegue pagar sua conta telefônica mais difícil ainda será pensar em seu acesso a Internet.

Produto deste processo é a grande dificuldade pela que estão passando a maioria das companhias telefônicas¹⁵.

Boa parte está operando no prejuízo, sendo que a situação tende a piorar com o incremento da concorrência para operação internacional do serviço, que beneficia aos usuários mais complica a situação para as empresas. Na briga por uma fatia maior do mercado a margem de rentabilidade cai pela diminuição de preços ocasionada pela concorrência.

Como estamos demonstrando, o problema é muito sério e as causas da fraca difusão da Internet são estruturais: o preço é caro porque não se consegue atingir escala e não se atinge escala porque não há renda suficiente para garantir a permanência do aceso.

De qualquer forma, é importante destacar a importância da ampliação da infra-estrutura de telecomunicações que o Brasil conseguiu. Torna-se muito mais fácil pensar nos passos seguintes que levarão a tornar o sistema viável.

GOVERNO ELETRÔNICO

Chamamos governo eletrônico ao conjunto de serviços e acesso a informações que o governo oferece aos diferentes atores da sociedade civil por meios eletrônicos.

Três são as principais conseqüências do governo eletrônico:

¹⁵ Poderíamos afirmar que este é um dos poucos casos no capitalismo contemporâneo no qual o Estado Nacional ganhou e as empresas transnacionais perderam. O Brasil ganhou com a política de Universalização. Estão sendo criadas as bases de um desenvolvimento real das telecomunicações e conseqüentemente da Internet.

- Diminuição de custos de operação pela melhoria de sua própria gestão interna e pela integração com parceiros e fornecedores
- Aumento considerável da transparência nas ações
- Mudança na forma como as pessoas verão ao governo pela mudança na interação com o cidadão

A diminuição de custos se dá por duas vias principais: a melhora na eficiência dos processos internos e a queda de preços nas compras – um dos motivos é a maior integração com a cadeia de fornecimento. Algumas grandes empresas americanas conseguem poupar 20% nas suas compras a partir de colocar sua cadeia de fornecimento na web. O governo americano gasta na compra de materiais e serviços cerca de U\$ 550 bilhões, a União Européia seus membros gastam 720 bilhões de euros. Se a esfera pública pudesse fazer uma economia similar à realizada no setor privado, vários recursos do orçamento poderiam ser usados de outra forma que garantisse maior retorno à população. Ou seja, da mesma forma que o setor privado consegue poupar com a eletrônica dos processos de procura o governo o poderá fazer, caindo consideravelmente os custos administrativos.

Mas e os grandes custos acarretados pela implementação de softwares de gestão e ou a construção de intranet ? Isto pode ser transferido para o setor privado. Por exemplo, o governo de Arizona criou um sistema para licenciamento de carros feito pela Internet. O web site foi construído e é mantido pela IBM, que recebe 2% do valor de cada transação efetuada – cerca de R\$ 4 por cada veículo registrado. Mas o processamento online custa só U\$ 1,60 – no processamento antigo custava U\$ 6,60 – Com isto, o Estado está poupando dinheiro. Hoje, com 15 % das renovações feitas pela Internet o departamento de veículos de Arizona poupa U\$ 1,7 milhões ao ano. (The Economist, 24/06/2000)

Uma outra via de redução de custos é a decorrente da maior transparência nas ações públicas, uma vez que as brechas para a corrupção são muito menores.

Uma outra questão, e não menos importante, é a mudança que acontece com a implementação do governo eletrônico na relação do cidadão como poder público. Um dos grandes problemas de relacionamento tanto dos cidadãos como das empresas quando tem que se relacionar com o governo é a complexidade da máquina pública. Um governo médio tem entre 50 a 70 departamentos e agências diferentes, achar o local exato para procurar algum serviço é um processo muitas vezes complexo. Pior do que isso, quando é necessário fazer alguma atividade banal como registrar um nascimento, realizar uma operação imobiliária, um grande número de diferentes agências solicita relações de documentos, depois disso, elas requerem do usuário a comunicação interdepartamental. Podemos dizer que uma das causas da ineficiência do setor público é a organização vertical que leva a que os serviços a serem prestados exijam a colaboração entre empregados de diferentes departamentos.

A Internet oferece solução para ambos problemas. Por meio de um portal do Governo podem ser fornecidos quase todos os serviços que podem ser requisitados. Exemplos disto são os portais dos governos de Singapura e de Áustria. Por mecanismos de busca similares aos de outros portais os cidadãos podem procurar diferentes serviços: ou preenchendo perguntas Como eu faço..? ou entrando na seção "eventos vitais" para registrar nascimentos, casamentos, etc.. Desta forma, eles não precisam conhecer sobre a complexidade da máquina pública já que o portal direciona sua pergunta a seção específica. A mesma base tecnológica permite construir um link e integrar serviços para o cidadão por meio de intranet que permite um acesso comum a diferentes funcionários de diferentes departamentos.

Este tipo de mudanças, somadas a políticas certas na esfera regulatória em todo o conjunto de atividades que envolvem a economia digital – um mercado de telecomunicações competitivo, universalização do acesso, assinaturas digitais, regulação tarifária de energia e telecomunicações, política de privacidade, proteção ao consumidor - fazem uma séria diferencia para a

atratividade de um país, região ou país como lugar de localização de uma determinada atividade econômica.

O fornecimento de serviços governamentais pode contribuir a eficiência do setor empresarial através de informação, coordenação e simplificação dos procedimentos burocráticos com isto melhorar o custo país.

O GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL

Muitos devem se perguntar, qual é a importância do que estamos falando. A quantas pessoas pode atingir o chamado governo eletrônico no Brasil? Num país com tantos problemas qual a relevância de falar destes assuntos?

Desde já, não podemos ter um olhar ingênuo sobre o assunto. 1/3 da população brasileira adulta é analfabeta, real ou funcional.

Mais da metade da população nunca realizou uma ligação telefônica, mais remota ainda será sua conexão por Internet.

Por outro lado, e acompanhando o perfil social dos usuários de Internet, todo indica que o Governo Eletrônico terá como favorecidos aos que já estão incluídos no sistema, ou seja, mais inclusão para os já incluídos.

Mas não podemos restringir o olhar a estes indicadores. A Internet é somente um meio de comunicação, daqui a necessidade de pensar nos reais impactos que pode trazer para uma sociedade. Não serão grandes transformações e sim evoluções de processos que já estavam presentes.

O Estado brasileiro vem realizando uma série de medidas de reforma administrativa profundas, por meio de mudanças constitucionais, legais e organizacionais. O uso da Internet facilita estes processos e acrescenta algo a mais: permite uma maior divulgação e cria mecanismos de consulta.¹⁶

¹⁶ O Decreto federal 2954, de 29/01/1999, disponível pelo site www.planalto.gov.br prescreve no seu artigo 15: “ Na hipótese de elaboração de projetos de atos normativos de especial significado político ou social, poderá ser dada ampla divulgação ao texto básico, inclusive tornando-o disponível por via da Internet, ou realizando audiências públicas, com o objetivo de receber

Nos esforços de racionalização do gasto público a implementação do portal de compras do governo (www.comprasnet.gov.br) está trazendo muitos resultados concretos. Segundo o Grupo de Trabalho "Novas formas eletrônicas de interação"¹⁷ as mudanças provocadas pelo governo eletrônico poderiam financiar o novo Estado de bem-estar social no país. De fato, os recursos gerados com a melhora da produtividade, com a integração da cadeia de fornecimento, etc.. geram-se recursos que podem ser mais bem investidos e que terão certamente, um melhor retorno para os cidadãos.

Por outro lado, a sociedade brasileira vem discutindo uma maior necessidade de transparência nas ações governamentais e vem discutindo –como vários outros países– a questão da corrupção. A Internet está facilitando e facilitará ainda mais estes processos com a disponibilização de informações sobre destino dos gastos públicos. Por exemplo, a partir do dia 30/10/02 qualquer cidadão poderá acompanhar as obras realizadas pelo governo com estados e municípios ou entidades assistenciais – soa mais de 20.000 obras– inclusive a través de fotos no ObrasNet. Este é o sistema de acompanhamento on-line das obras financiadas pela União. De fato, isto dá uma maior transparência as ações do governo.

No ponto fornecimento de serviços é onde o alcance dos impactos sem dúvida é menor, pelas questões assinaladas acima. No Brasil só podemos pensar em grandes alcances do acesso a serviços via eletrônica para a geração que hoje está no ensino de primeiro grau – 97% das crianças brasileiras estão hoje na escola–.

A maioria dos serviços estão interligados ao portal Redegoverno (www.redegoverno.com.br), que conta com 629 serviços e 3.500 tipos de informação. Alguns dos serviços mais importantes disponíveis são:

sugestões por partes de órgãos interessados, entidades ou pessoas a quem a medida se destina ou interessa." In, Pedro Paulo de Rezende Porto Filho, 2001: 287.

¹⁷ Este grupo pertence ao projeto Sociedade da Informação.

- Entrega de declarações do imposto de Renda
- Emissão de certidões de pagamentos de impostos
- Divulgação de editais de compras governamentais
- Cadastramento de fornecedores governamentais
- Matrícula escolar no ensino básico
- Acompanhamento de processos judiciais
- Acesso a indicadores econômicos e sociais e a dados dos censos
- Prestação de informações sobre aposentadorias e benefícios de previdência social
- Programas de ensino a distância
- Envio de mensagens pelos correios, por meio de quiosques públicos
- Informações sobre programa do governo Federal

Os resultados destes avanços são sem dúvida muito positivos, mas ainda há muito por fazer. Como assinala documento do Ministério de planejamento "O Governo brasileiro deu prioridade à formulação de uma política de tecnologia da informação e comunicação voltada para a administração pública, baseada no pressuposto da sua atuação enquanto organização, integrada, eficiente e transparente, graças à utilização intensiva das novas formas eletrônicas de interação." (M. Planejamento, 2001: 3)

A formulação e implementação desta política vieram articular diversas outras iniciativas e projetos que já estavam em desenvolvimento e que manterão sua dinâmica própria. A mais abrangente delas é o programa "Sociedade da Informação" conduzido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (Socinfo/MCT) que coordena ações voltadas para o fortalecimento da competitividade da economia e para a ampliação do acesso da população aos benefícios da TI. As principais ações são:

- Apoiar a implantação do comércio eletrônico e a oferta de novas formas de trabalho
- Estimular novas formas de comunicação e de acesso comunitário a Internet

- Apoiar a aplicação de TI na educação formal
- Promover a informatização da administração pública e padronização dos seus sistemas aplicativos
- Implantar uma infra-estrutura básica de informações no país, integrando as diversas redes e os setores do governo, iniciativa privada e comunidade científica e tecnológica

As iniciativas voltadas para a universalização do acesso dispõem de recursos financeiros provenientes do setor de telecomunicações. Estes recursos constituem um fundo de financiamento direcionado a expansão da rede de telecomunicações nas localidades e segmentos onde não seja comercialmente viável. Nesse sentido, a ANATEL tem articulado em conjunto com diversos órgãos do governo federal a implementação do programa br@sil.gov que prevê a aplicação daqueles recursos financeiros na ampliação da rede de telecomunicações, em especial nas localidades distantes.

Outras importantes ações já em andamento são a iniciativa denominada **Brasil Transparente**, que articula diversos projetos e medidas na área legal e administrativa, voltados para a implantação e o fortalecimento de sistemas de controle dos gastos públicos, em ênfase em ferramentas que propiciem o controle social. Além disso, o Governo Federal desenvolveu uma política de gestão da segurança da informação, que está implantando padrões para a certificação e autenticação eletrônicas (infra-estrutura de chave pública –ICP-gov)

Programa Governo Eletrônico

O programa Governo Eletrônico reúne muito das ações já em andamento articulando-as sob condução direta da Presidência da República, por intermédio de um comitê interministerial. O programa visa aprofundar ações de reforma da administração pública, especialmente nos aspectos de melhoria da prestação de serviços ao cidadão, acesso a informações, redução de custos e controle social sobre as ações do Governo.

As prioridades do programa são: promover a universalização do acesso do cidadão aos serviços prestados pelo Governo, a integração entre os sistemas, redes e bancos de dados da administração pública e a abertura de informações a sociedade, por meio da Internet.

O programa deverá complementar a ação do Programa Sociedade da Informação.

As principais linhas de ação do Governo Eletrônico são:

- Oferta na Internet de todos os serviços prestados ao cidadão, com melhoria dos padrões de atendimento, redução de custos e facilidade de acesso;
- Ampliar o acesso a informações pelo cidadão por meio da Internet
- Promover a convergência entre sistemas de informação, redes e bancos de dados governamentais para permitir o intercâmbio de informações e agilização de procedimentos
- Implantar uma infra-estrutura avançada de comunicações e de serviços, com padrões adequados de segurança e serviços, além de alto desempenho
- Utilizar o poder de compra do governo Federal para a obtenção de custos menores e a otimização do uso de redes de comunicação
- Estimular o acesso à Internet, em especial por meio de pontos de acesso abrigados em instituições públicas ou comunitárias
- Concorrer para o fortalecimento da competitividade sistêmica da economia.

A política brasileira de governo eletrônico prevê a atuação do Governo em três frentes fundamentais: a interação com o cidadão, a melhoria da sua própria gestão interna e a integração com parceiros e fornecedores. Em relação ao cidadão estão sendo criados portais na Internet que funcionam como verdadeiros balcões virtuais de informação e de atendimento para a prestação de serviços. Para a gestão interna, está sendo promovida a integração entre os sistemas em rede interna (intranet). A integração entre parceiros e fornecedores está sendo desenvolvida na forma de uma extranet conectada

aos sistemas de informação do Governo Federal que compreende dentre outros, os sistemas de administração financeira (SIAFI), de administração de pessoal (SIAPE), de serviços gerais (SIASG), de apoio à educação (Sistema MEC), à saúde e a previdência social. A estrutura relacional a ser constituída entre os principais atores neste processo envolverá governo, cidadãos/clientes e empresas, dentro das diversas possibilidades de transações eletrônicas.

CONCLUSÕES

O capitalismo contemporâneo e caracterizado por uma profunda reestruturação em todas as esferas de produção do social. Vivenciamos a simultaneidade de um processo de globalização da economia e fragmentação tanto dos modelos produtivos como da construção de identidades sociais. Surge uma sociedade na qual as redes, de empresas, de indivíduos, de organizações substituem as instituições e organizações tradicionais. Os impactos que estes processos trazem para o Estado são significativos. Informação pública, gratuita, abundante e acessível será um dos bens mais importantes que o Estado deve oferecer aos seus cidadãos. Mas este novo modelo informacional também necessitará de regulamentações ainda não elaboradas. A tendência negativa predominantemente é conectar o que interessa e desconectar o que não tem valor, gerando uma exclusão social cada vez maior, reforçando a necessidade de ação do Estado.

O Governo Brasileiro está priorizando a assimilação de novas tecnologias da informação aos seus processos administrativos e à prestação de serviços ao cidadão, ou seja, está assumindo uma posição pro-ativa nos desafios colocados pelo capitalismo contemporâneo.

Os resultados são muitos e um longo caminho começou a ser trilhado. Temos muito a fazer, mas as linhas de ação estão corretamente traçadas e perfilam um futuro promissor que abre o caminho para a resolução de problemas históricos e estruturais que o Brasil enfrenta.

BIBLIOGRAFIA

1. ALBERTIN Alberto Luiz, 2002, *Comércio Eletrônico*, Editora Atlas, São Paulo.
2. ANATEL, 2002, *Incluindo os excluídos*, www.anatel.gov.br.
3. ARAUJO José Tavares, 2001, *Trade and Competition in B2B Markets*,
4. ARRIGHI Giovanni, 1997a, *O longo século XX*, Unesp, São Paulo.
5. ARRIGHI Giovanni, 1997b, *A ilusão do desenvolvimento*, Vozes, Rio de Janeiro.
6. BRESSER PEREIRA Luiz Carlos, 1999, *The New Left and the Moving Center*, Oxford, UK.
7. BRESSER PEREIRA Luiz Carlos, 2000a, *Globalization and Globalism*, Intervenção na 15 Sessão do Group of experts in Public Administration and Finance, Nações Unidas, New York. Download da Home Page.
8. BRESSER PEREIRA Luiz Carlos, 2000b, *A reforma gerencial de 1995*, trabalho apresentado no encontro "Moderna Gestão Pública, Lisboa, 31/31 de março de 2000.
9. CASTELLS MANUEL, 1998, *La era de la Información*, Alianza Editorial, Madri.
10. Comitê Executivo de Comércio Eletrônico, 2002, *Legislação vigente*, <http://ce.mdic.gov.br/>
11. CARNOY Martin, CASTELLS Manuel, COHEN Stephen, CARDOSO Fernando Henrique, 1993, *The New Global Economy in the Information Age*, Penn State Press, USA.
12. CASTELLS Manuel, 2001, *The Internet Galaxy*, Oxford Books, Grã Bretanha.
13. DEARING, Brian, 1990, *The Strategic Benefits of EDI*, The Journal of Business Strategy, jan-fev. 1990: 4-6.
14. DUPAS Gilberto, 2000, *Economia Global e exclusão social*, Paz e Terra, São Paulo.
15. DUPAS Gilberto, 20001, *ética e Poder na Sociedade da Informação*, Editora Unesp, São Paulo.

- 16.FARIAS Pedro, 2001, *Electronic Government: the Brazilian Policy*, III Global Forum, Napoles, Italia.
- 17.FERRER Florencia, 1995, *A construção de poder desde do campo popular. Os anos 70 na Argentina*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, PROLAM -USP - Universidade de São Paulo.
- 18.FERRER, Florencia, 1998, *Reestruturação Capitalista. Caminhos e descaminhos da Tecnologia da Informação*, Moderna, São Paulo.
- 19.FERRER, Florencia, 2000, *A teia não virtual. A organização em Rede e o Capitalismo Contemporâneo*, Tese defendida na FFLCH/USP em dezembro de 2000.
- 20.FORRESTER Report, The, 2000, Forrester Research Inc. USA.
- 21.GOLDSTEIN Andrea O'CONNOR David, 2000, *E Commerce for development: prospect and policy issues*. OCDE, www.oecd.org
- 22.GOVERNMENT OS USA, 2001, *A Framework for Global Electronic Commerce*, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
- 23.GRECO Marco Aurélio e SILVA MARTINS Ives Gandra, 2001, *Direito e Internet*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo.
- 24.Grupo de Trabalho " Novas Formas Eletrônicas de Interação" , 20/09/2000, *Proposta de Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal*, Ministério de Planejamento.
- 25.HELLERSTEIN Walter e SHACKENLFORD Francis, 2001, (12/09) University of Georgia School of Law, ELECTRONIC COMMERCE AND THE CHALLENGE FOR TAX ADMINISTRATION, paper apresentado no United Nations Ad Hoc Group of Experts on International Cooperation in Tax Matters in Genebra, Suíça.
- 26.KRAKOWIACK Leo e KRAKOWIACK Ricardo, 2001, *Tributação Aduaneira e Problemas Jurídicos Decorrentes da Informatização do Comércio Exterior*, em " Direito e Internet" , Editora Revista dos Tribunais, São Paulo.
- 27.MANN Catherine, 2000a, *Global Electronic Commerce*, Institute for International Economics, Washington.

- 28.MANN Catherine, 2000b, *Electronic Commerce in Developing Countries*, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
- 29.MATTOO Aaditya SCHUKNECHT Ludget, 2001, Trade Policies for Electronic Commerce, World Bank, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
- 30.NORRIS Grant e outros, 2001, *E-Business e ERP*, Qualitymark Editora Ltda, Rio de Janeiro.
- 31.OCDE, 1999, *The Economic and social Impact of Electronic Commerce*, Paris, OCDE, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
- 32.O'RIAIN Sean, 1999, *The Flexible Development State: Globalization, Information Technology and the 'Celtic Tiger'*, Conference on "Global networks, innovation and regional development" UC Santa Cruz, Novembro de 1999. Download do documento.
- 33.RECEITA FEDERAL, 2201, *Estudos de Direito Tributário. Tributação do Comércio Eletrônico*, www.receita.fazenda.gov.br
- 34.SCULLEY Arthur B. e WOODS W.William A., 1999, *B2B Exchanges. The Killer application in the Business-to-Business Internet Revolution*, ISI Publications, USA.
- 35.SILVA JUNIOR Ronaldo lemos da e WAISBERG Ivo, organizadores, 2001, *Comércio Eletrônico*, Instituto dos Advogados de São Paulo, São Paulo.
- 36.SILVERSTEIN Barry, 2000, *Business-to-Business Internet Marketing*, Maximum Press, USA.
- 37.SOUTH CENTRE, 1999, *Electronic Commerce: Issues for the South*, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
- 38.TERRA José Cláudio Cyrineu e GORDON Cindy, 2002, *Portais Corporativos*, Negócio Editora, São Paulo.
- 39.TORRES Norberto A., 1995, *Competitividade Empresarial com a Tecnologia da Informação*, Makron Books, São Paulo.
- 40.TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA E SILVA Advogados, 2000 a, *E-commerce. A overview*, São Paulo, Relatório.
- 41.200b, *e-commerce- Corporate Aspects stock Option Plans, Phantom Stock*, Relatório.
- 42.2000c, *Empresas de E-commerce: do Start-up ao IPO. Relatório*.

43. TURBAN Efraim e outros, 2000, *Electronic Commerce. A Managerial perspective*, Prentice Hall, USA.
44. VENTURA Luiz Henrique, 2001, *Comércio e contratos eletrônicos*, EDIPRO, São Paulo.
45. WONG Poh-Kam, 2001, *Globalization and E-Commerce: Growth and Impacts ins Singapore*, www.crito.uci.edu
46. YOUNG, R., 1988, *Is Population Ecology a Useful Paradigm for the study of Organizations?* American Journal of Sociology, 94 (1):1-24.